

CRR-SECRETARIA-EXECUTIVA C. A ASS EMERGENCIAL

Estudo Técnico Preliminar 32/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60301.000491/2026-73

2. Descrição da necessidade**Aquisição de materiais de limpeza****Contextualização Institucional**

2.1. Operação Acolhida é a resposta humanitária coordenada pelo Governo Federal do Brasil ao fluxo migratório de venezuelanos em situação de vulnerabilidade. Instituída pela Lei nº 13.684, de 2018 e pelo Decreto nº 9.285, de 2018, configura-se como ação interinstitucional que envolve diversos ministérios, as Forças Armadas, governos estaduais e municipais, organismos internacionais (como ACNUR e OIM) e a sociedade civil.

2.2. A missão da Operação Acolhida organiza-se em três eixos fundamentais:

2.2.1. Ordenar: corresponde ao primeiro ato de acolhimento, no qual a pessoa recém-chegada é atendida, documentada e tem assegurado o acesso a direitos básicos. Trata-se da etapa inicial do percurso para o pleno exercício da cidadania;

2.2.2. Acolher: consiste na oferta de abrigo temporário e de condições dignas de permanência, com oportunidades e atendimento necessário para o início da vida no país; e

2.2.3. Interiorizar e Integrar: dá sequência à jornada. A interiorização constitui a ponte para um futuro com mais oportunidades, viabilizando o deslocamento para outras localidades do território nacional e favorecendo a construção de um novo projeto de vida.

2.3. Desde 2018, a Operação Acolhida possibilitou a interiorização de mais de 150 mil venezuelanos para municípios de todos os estados brasileiros, promovendo sua integração e garantindo maior efetividade das políticas de assistência social, trabalho e cidadania. Esse contingente representa a ampliação da diversidade cultural e a incorporação de novos talentos e histórias de superação ao tecido social brasileiro, resultado direto do eixo de interiorização.

2.4. No contexto das ações humanitárias desenvolvidas pela Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, identifica-se a necessidade de aquisição de materiais de limpeza e higienização, a serem empregados na conservação, asseio e desinfecção das instalações administrativas, operacionais, abrigos e demais estruturas sob responsabilidade da operação. Tais materiais são essenciais para a manutenção de ambientes salubres, seguros e adequados ao acolhimento de pessoas, especialmente em áreas de grande circulação, atendimento ao público, atividades logísticas e espaços de convivência coletiva. A medida tem por finalidade assegurar condições adequadas de higiene, contribuindo para a prevenção de doenças, proteção da saúde dos usuários e trabalhadores, bem como para a preservação das condições sanitárias das edificações, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

2.5. Dessa forma, a aquisição de materiais de limpeza configura-se como medida preventiva essencial para a mitigação de riscos sanitários, contribuindo para a proteção da saúde de militares, servidores, colaboradores e do público atendido, além de assegurar a regularidade e a continuidade das atividades da Operação Acolhida. A medida reduz a probabilidade de proliferação de agentes patogênicos, contaminações e insalubridade dos ambientes, promove a conformidade das atividades com as normas de saúde pública e vigilância sanitária aplicáveis e reforça o compromisso da Administração com a boa gestão dos recursos públicos e com a proteção da vida.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. Os itens objeto deste Estudo são classificados como Bens Comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade são passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais de mercado. Em estrita observância ao Art. 20 da citada Lei e ao Decreto Federal nº 10.818/2021, atesta-se que os materiais possuem características de estrita necessidade para a manutenção da higiene e salubridade, inexistindo itens com características de luxo, suntuosidade ou que extrapolam a finalidade operacional.

3.2. A contratação possui natureza não continuada, caracterizando-se como aquisição de bens para entrega imediata sob demanda. A vigência contratual de 12 (doze) meses justifica-se pela necessidade de garantir o fluxo logístico de suprimentos essenciais aos abrigos e instalações administrativas da Operação Acolhida, permitindo o reabastecimento conforme o cronograma de consumo.

3.2.1 Em conformidade com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços decorrente deste certame terá vigência de 1 ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante manifestação de interesse da Administração e anuência do fornecedor. Fica expressamente estabelecida a possibilidade de renovação do quantitativo registrado por ocasião da prorrogação da vigência da Ata, desde que demonstrada a vantajosidade econômica e a manutenção das condições de habilitação, respeitados os limites e necessidades da Operação Acolhida.

3.3. As especificações técnicas foram definidas com o objetivo de assegurar a padronização descritiva e a ampla competitividade, em estrita observância ao Art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Para a estruturação deste Estudo, a equipe de planejamento realizou consulta prévia ao Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP/PNCP), verificando que, até o presente momento, a referida ferramenta disponibiliza modelos padronizados (editais e termos de referência) restritos a itens específicos (como água mineral, café e açúcar), não contemplando a gama de materiais de limpeza e higienização pretendidos nesta contratação. Diante dessa lacuna no CEP, utilizou-se o Catálogo de Itens do sistema Compras.gov.br para a identificação dos códigos CATMAT correspondentes, garantindo que as descrições guardem conformidade com os padrões de mercado e com os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal. A descrição do objeto abstém-se de indicar marcas, modelos ou características exclusivas que possam restringir indevidamente o universo de licitantes, priorizando o desempenho e a qualidade técnica em detrimento de especificidades irrelevantes para a finalidade pública.

3.4. Carta de Solidariedade e Subcontratação

3.4.1. Carta de Solidariedade: Dispensada a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, visto que o mercado de materiais de limpeza é dotado de ampla capilaridade e múltiplos revendedores autorizados, não se tratando de solução tecnológica proprietária ou de suporte exclusivo.

3.4.2. Subcontratação: Em razão da natureza do objeto e da necessidade de controle direto sobre a procedência e qualidade dos produtos químicos entregues, não será admitida a subcontratação, devendo a licitante vencedora assumir a responsabilidade integral pela execução e logística.

3.5. Fica dispensada a apresentação de amostras físicas na fase de licitação devido à baixa complexidade dos itens. Entretanto, como medida de mitigação de riscos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar documentos informativos, catálogos e registros sanitários para comprovação imediata da compatibilidade técnica com o exigido no Termo de Referência.

3.6. Fica vedada a participação de pessoas físicas, considerando que a execução do objeto exige capacidade operacional, regularidade fiscal empresarial e responsabilidade técnica compatível com o manuseio e transporte de produtos químicos saneantes, requisitos estes intrínsecos à atividade empresarial organizada.

3.7. Condições de Logística, Entrega, e Recebimento

3.7.1. Padrões de Qualidade, Integridade do Acondicionamento e Conformidade Técnica

3.7.1.1. Os materiais de limpeza e higienização deverão ser fornecidos estritamente novos, de primeiro uso, em suas embalagens originais e lacradas de fábrica, garantindo a integridade e a autenticidade do produto. É vedada a entrega de materiais que apresentem sinais de adulteração, vazamentos ou avarias no acondicionamento.

3.7.1.2. Adicionalmente, os bens deverão estar, comprovadamente, em fase normal de produção, sendo expressamente rejeitados itens descontinuados, fora de linha ou com prazos de validade incompatíveis com o cronograma de consumo da Administração. A rotulagem deve ser indelével e permitir a identificação imediata do número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição química e registro/notificação nos órgãos competentes (ANVISA/INMETRO).

3.7.1.3. Como medida de salvaguarda à segurança ocupacional e preservação ambiental, a contratada deverá manter sob sua custódia e disponibilizar à Administração, em caráter imediato e a qualquer tempo quando solicitada, as Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) e as Fichas Técnicas atualizadas de todos os itens fornecidos.

3.7.1.3.1. A detentora da ata assume a responsabilidade integral por garantir que tais documentos estejam em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT NBR 14725 ou norma que venha a substituí-la). Os materiais deverão ser entregues com instruções de uso claras em língua portuguesa, assegurando que a Operação

3.7.2. Condições de Entrega, Prorrogação de Prazos e Substituição de itens e condições de recebimento

3.7.2.1. Dada a diversidade de itens e o volume de carga, a logística de deslocamento é classificada como de média a alta complexidade. Portanto, é responsabilidade exclusiva e integral da contratada o planejamento logístico e o custeio de frete, seguro, carga e descarga, devendo tais valores estarem obrigatoriamente incluídos no preço final dos produtos. A proponente deve considerar as peculiaridades geográficas e sazonais do Estado de Roraima para garantir o cumprimento rigoroso do cronograma.

3.7.2.2. O fornecimento dos materiais dar-se-á sob o regime de demanda eventual com entrega imediata e integral, devendo ser efetuado no Almoxarifado Central da Operação Acolhida, situado na Av. Capitão Ene Garcez, 1037, Mecejana, Boa Vista-RR (6º BEC). O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da confirmação do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

3.7.2.2.1. Eventuais pleitos de prorrogação de prazo serão admitidos apenas em caráter excepcional, no limite máximo de 7 dias úteis antes do término do prazo inicial e mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, sob a égide do Art. 115, § 5º da Lei nº 14.133/2021. A aceitação ficará condicionada à comprovação documental inequívoca de fato superveniente, imprevisível ou de difícil previsão que impeça o adimplemento, sem prejuízo da aplicação de sanções em caso de retardamento injustificado.

3.7.2.3. A contratada obriga-se a realizar a substituição integral, sem qualquer ônus adicional para a União, de materiais que apresentarem desconformidades em relação às especificações técnicas, vícios de qualidade, avarias decorrentes do transporte, prazo de validade inadequado ou qualquer irregularidade que comprometa a finalidade e a segurança do insumo

3.7.2.3.1. O prazo para a efetiva substituição será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio da notificação formal por correio eletrônico (e-mail), realizada pelo Fiscal do Contrato ao preposto da empresa. A comunicação via e-mail será considerada prova suficiente de ciência da necessidade de substituição. O descumprimento deste prazo ou a reincidência na entrega de itens desconformes poderá ensejar a caracterização de inexecução contratual parcial, sujeitando a detentora da ata às penalidades administrativas previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021."

3.7.2.3.2. Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo pelo almoxarifado.

3.7.2.3.2.1. Produtos entregues com validade inferior à exigida (12 meses) serão rejeitados e devolvidos, devendo a contratada substituí-los conforme prazo para substituição já estabelecido previamente nesse Estudo.

3.7.2.4. Recebimento e Conferência: O recebimento dar-se-á em duas etapas: Provisório, No ato da entrega, para conferência quantitativa de volumes e integridade externa, e Definitivo, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e inspeção técnica detalhada da conformidade com as normas da ANVISA e INMETRO.

3.8. O pagamento será processado após o Aceite Definitivo, observando-se a ordem cronológica de exigibilidade (Art. 141 da Lei nº 14.133/2021). As condições de prazo estabelecidas refletem a praxe do setor privado, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro e evitando o "custo financeiro" que onera propostas em que o prazo de pagamento é excessivamente dilatado.

3.9. Considerando o baixo vulto da despesa e a natureza de pronta entrega dos bens, fica dispensada a prestação de garantia de execução (Art. 96), por se entender que as sanções administrativas e a retenção de pagamento em caso de falha são mecanismos suficientes para resguardar o interesse público sem onerar o custo administrativo.

3.10. Tratando-se de aquisição de materiais de consumo, a transição contratual foca na manutenção do estoque crítico. A Administração zelará para que a nova ata de registro de preços seja homologada antes do esgotamento da atual, garantindo a continuidade ininterrupta das atividades humanitárias de higienização nos abrigos.

3.11. Acerca de critérios de sustentabilidade para aquisição de itens classificados como saneantes e produtos de higiene, -o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na sua 8ª edição (OUT/2025), traz algumas orientações, a saber:

3.11.1. Considerando a seguinte legislação aplicável:

- Lei nº 5.991, de 1973 (Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências);
- Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.);

- RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, da ANVISA (Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária (Alterada pela RDC 208, de 5 de janeiro de 2018));
- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 da ANVISA (Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas) (alterada pela RDC860, de 6 de maio de 2024);
- RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA (Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão de Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem). (Alterada pela RDC 850/2024);
- Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.330 /1976);

3.11.2. O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Controladoria-Geral da União (2025), determina:

3.11.2.1. Inserir no Termo de Referência na descrição técnica do produto que: "Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº8.077, de 2013".

3.11.2.2. Inserir no Edital no item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto: (1) "O pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação"; e (2) "O documento comprobatório da notificação/registro do produto ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013".

3.11.2.3. Inserir no Edital no item Habilitação Jurídica: (1) "Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, admitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA"; e, (2) "Licença sanitária estadual, municipal ou do Distrito Federal. Os documentos citados pelo Guia da CGU já estão previstos na habilitação técnica dos licitantes"

3.12. Tais requisitos asseguram que o objeto contratado seja entregue em conformidade com os padrões técnicos e legais exigidos, promovendo a economicidade, a eficiência logística e a qualidade dos serviços prestados no âmbito da Operação Acolhida.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento de Contratações - UGE	CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE ARAÚJO - CAPITÃO TENENTE (MB)

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em observância ao Art. 7º, inciso III da IN SEGES/ME nº 40/2020, procedeu-se ao levantamento das soluções disponíveis no mercado nacional para o atendimento da demanda. A análise pautou-se nos seguintes eixos:

5.1.1. Análise de Contratações Similares: Foram consultados painéis de preços e editais de órgãos da Administração Pública Federal que realizaram aquisições correlatas nos últimos 12 meses. O objetivo foi identificar metodologias de fornecimento e tecnologias de insumos que garantam maior eficiência na higienização dos abrigos, observando-se a adoção de produtos com maior rendimento e menor impacto ambiental.

5.1.2. Diálogo com o Mercado: Realizou-se prospecção indireta com o objetivo de identificar potenciais fornecedores do setor de saneantes capazes de atender a demanda. Verificou-se que a solução proposta guarda estrita simetria com as práticas comerciais vigentes, não havendo óbices tecnológicos que impeçam a ampla participação de licitantes.

5.2 Considerando a capacidade do mercado local em Boa Vista/RR e região Norte, a conformidade sanitária dos produtos e a interdependência com os contratos de serviços vigentes, sob a ótica da economicidade e do ciclo de vida do objeto. Ressalta-se que a Operação Acolhida já possui contratos de DEMO para limpeza, um para a cidade de Boa Vista e outro para a cidade de Pacaraima, foram encontradas as seguintes possibilidades:

5.2.1 Solução A – Adesão a Ata de Registro de Preços (Carona). Consiste na utilização de atas de registro de preços vigentes de outros órgãos da Administração Pública que contemplem itens de materiais de limpeza e higienização.

5.2.1.1 Vantagens: Celeridade no processo de contratação e redução do esforço administrativo de realizar um certame próprio.

5.2.1.2. Desvantagens: Limitação pela disponibilidade de atas que atendam integralmente às especificações técnicas, sanitárias e condições logísticas específicas de Roraima. Há dependência da anuência do órgão gerenciador e do saldo remanescente, o que pode não suprir a demanda total da Operação.

5.2.2. Solução B – Contratação Direta (Dispensa de Licitação): Adoção do rito de dispensa em razão do valor, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para aquisições pontuais.

5.2.2.1. Vantagens: Extrema rapidez na aquisição e baixa complexidade processual para necessidades imediatas e de pequeno vulto.

5.2.2.2. Desvantagens: Inadequada para o planejamento global das atividades de limpeza e higienização da Operação, pois pode acarretar fragmentação de despesas. Não garante economia de escala e possui limites financeiros restritos que podem ser ultrapassados em razão da diversidade de itens (detergentes, desinfetantes, saneantes, materiais de asseio, entre outros).

5.2.3. Solução C – Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços (Solução Escolhida): Realização de licitação própria para registro de preços visando à aquisição de materiais de limpeza e higienização, classificados como bens de consumo, conforme a necessidade de reposição programada.

5.2.3.1. Vantagens: Proporciona maior autonomia administrativa e previsibilidade orçamentária. Permite a padronização técnica dos materiais conforme as necessidades operacionais dos abrigos e instalações, garantindo a disponibilidade contínua dos insumos sob demanda. Possibilita maior controle de qualidade dos produtos e potencial economia de escala em razão da competitividade do certame.

5.2.3.2. Desvantagens: Exige maior esforço inicial de planejamento na fase interna e prazos regulamentares mais longos para a conclusão do certame em comparação às demais alternativas.

5.3. Verificou-se que os materiais objeto deste Estudo Técnico Preliminar são amplamente adquiridos por órgãos e entidades da Administração Pública em todas as esferas, havendo expressiva disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos itens, em conformidade com os requisitos técnicos e legais estabelecidos, evidenciando que se trata de demanda comum e consolidada no mercado, não apresentando grau elevado de complexidade técnica ou restrição à oferta de fornecedores.

5.4. Dessa forma, a necessidade de instauração de novo processo de contratação não decorre de ausência de oferta no mercado, mas da necessidade específica de assegurar o fornecimento adequado de materiais de limpeza para atender às atividades administrativas, operacionais e logísticas da Operação Acolhida. O levantamento de mercado confirma a existência de fornecedores aptos e soluções compatíveis com os requisitos definidos, demonstrando a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a solução adotada compreende o conjunto integrado de elementos necessários para atender à demanda de materiais de limpeza, que asseguram a conservação das estruturas da Operação Acolhida.

6.2. Após análise das particularidades da demanda e do levantamento de mercado, identificou-se como a solução mais adequada a SOLUÇÃO C – Realização de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento por menor preço por item. Esta escolha fundamenta-se na natureza padronizada dos materiais e na necessidade de uma estratégia que permita aquisições fracionadas e sob demanda.

6.3. A Solução C foi definida como a mais eficaz por permitir que a Administração realize a reposição programada dos materiais sem a obrigatoriedade de desembolso imediato de todo o orçamento previsto. Tal modelo garante:

6.3.1. Flexibilidade Operacional com aquisições realizadas conforme o surgimento de avarias, evitando estoques excessivos de itens de baixa rotatividade.

6.3.2. Economicidade e Competitividade uma vez que o julgamento por item amplia a participação de fornecedores especializados, evitando a concentração de mercado e assegurando propostas mais vantajosas.

6.3.3. Manutenção da Soberania Logística, garantido a FT Log Hum em Roraima o controle sobre o fluxo de suprimentos, assegurando que os materiais estejam disponíveis de forma tempestiva para intervenções imediatas.

6.4. A solução apresenta elevada viabilidade técnica, uma vez que os materiais são bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e em conformidade com as normas da ABNT e Inmetro. Sob o aspecto operacional, garante agilidade no atendimento das demandas de limpeza e higiene, marcadas pelo uso intensivo das instalações da Operação e pela necessidade permanente de conservação.

6.5. Dessa forma, a Solução C demonstra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura, atendendo plenamente aos objetivos institucionais da Operação Acolhida e às exigências da Lei nº 14.133/2021. O modelo adotado permite que a Administração atenda de maneira eficiente às particularidades da missão humanitária, assegurando continuidade, conformidade legal e a otimização dos recursos públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades de materiais de limpeza e higienização foi realizada com base no histórico de consumo da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, considerando as demandas contínuas das atividades de asseio e desinfecção das instalações administrativas, operacionais e abrigos.

Descrição do Material	Unidade	MCA	Quantidade Estimada para a presente contratação (12 meses)
Água Sanitária	Litro	2.986	4.000
Sabão em Pó	Pacote 1 KG	3.654	5.000
Sabão em Barra	Barra 1,00 KG	349	500
Soda Caustica	Pote 1 KG	99	200
Desinfetante	Frasco 1 L	1.211	2.000
Solução Desengraxante	Frasco 1 G	47	120
Vassoura	Unidade	257	400
Rodo	Unidade	142	300
Detergente	Frasco 500 ML	2.981	4.000
Limpa Vidro	Frasco 500 ML	86	200
Desengripante	Unidade	100	100
Inseticida Líquido	Unidade	1347	2.000
Vassoura	Unidade	139	300
Rodo de madeira	Unidade	133	200
Pá de lixo	Unidade	199	300
Conjunto de lixeira	Conjunto	55	100
Conjunto de lixeira Seletiva	Conjunto	29	50
Coletor de Lixo	Unidade	88	150
Balde	Unidade	67	150
Esponja de limpeza dupla face	Unidade	2000	2.000
Pano de Limpeza	Unidade	338	500
Pano de Cozinha	Unidade	755	1.000
Papel Higiênico	Pacote 64 un	841	1.000
Toalha de Papel	Unidade	1699	2.000
Saco Transparente	Pacote 100,00 un	87	100
Saco de lixo 30 litros	Pacote 10 un	400	1.000
Saco de lixo 50 litros	Pacote 100,00 un	600	1.000
Saco de lixo 100 litros	Pacote 5 un	1.000	2.000
Saco de lixo 200 litros	Pacote 100,00 un	922	1.000
Álcool etílico	Frasco 1 litro	1.823	2.000
Álcool em Gel	Fraco 500,00 ML	1.229	1.500
Desodorizador	Frasco 400 ML	1.744	2.000
Desodorizador Sanitário	Unidade	5.000	5.000
Sabonete Aspecto Físico	Unidade	2.000	2.000
Sabonete Líquido	Unidade	2.000	2.000
Dispenser Higienizador	Unidade	149	300
Flanela	Unidade	500	500
Lixeira Polipropileno	Unidade	199	200

7.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base nas informações apresentadas pelo setor demandante, considerando não apenas o histórico de consumo registrado em exercícios anteriores, mas também as necessidades operacionais projetadas para o período de vigência da futura contratação.

7.2.1. Embora determinados quantitativos estimados superem os registros históricos de consumo, o setor demandante justificou a necessidade dos volumes propostos com fundamento na adoção de margens de segurança destinadas a assegurar a continuidade do abastecimento dos diversos setores atendidos pelo almoxarifado, evitando riscos de desabastecimento decorrentes de variações de consumo, demandas extraordinárias, reposições simultâneas de estoque e necessidades não integralmente refletidas nos dados históricos disponíveis.

7.2.2. Ressalta-se que o histórico de consumo constitui importante parâmetro para o planejamento da contratação, porém não deve ser considerado como único elemento para definição dos quantitativos, especialmente quando o setor responsável pela gestão dos materiais identifica a necessidade de formação ou recomposição de estoques, adequação dos níveis mínimos de suprimento ou implementação de medidas voltadas ao aprimoramento do controle logístico e da disponibilidade de insumos.

7.2.3. Cumpre destacar, ainda, que as demandas da Operação Acolhida estão diretamente relacionadas à dinâmica do fluxo migratório e às ações humanitárias desenvolvidas pela Força-Tarefa Logística Humanitária, cenário que apresenta elevado grau de variabilidade e imprevisibilidade. Dessa forma, a estimativa dos quantitativos não pode se limitar exclusivamente ao consumo histórico, devendo contemplar a possibilidade de aumento da demanda decorrente da ampliação da capacidade de atendimento, da abertura ou readequação de estruturas operacionais, do incremento no número de pessoas acolhidas e de eventuais situações emergenciais que exijam resposta rápida da Administração. Nesse contexto, os quantitativos projetados representam uma medida preventiva e compatível com a necessidade de manutenção da continuidade dos serviços e do adequado suporte às atividades humanitárias desenvolvidas pela Operação.

7.2.4. Ademais, a adoção do Sistema de Registro de Preços mitiga eventuais riscos decorrentes da superestimação da demanda, uma vez que a Administração não fica obrigada a adquirir a totalidade dos quantitativos registrados, realizando as aquisições de forma parcelada e exclusivamente conforme a efetiva necessidade, observadas a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária.

7.2.5. Dessa forma, entende-se que os quantitativos estimados mostram-se razoáveis e compatíveis com as necessidades operacionais informadas pelo setor demandante, representando uma projeção destinada a garantir a adequada disponibilidade de materiais durante a vigência da contratação, sem implicar obrigação de aquisição integral dos itens registrados.

7.3. O detalhamento do histórico de consumo que fundamenta a presente estimativa encontra-se no Anexo II – Histórico de Consumo.

7.4. Acerca da análise da compatibilidade entre a demanda prevista e os quantitativos estimados para cada item, com o objetivo de evitar aditivos contratuais desnecessários ou a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório, com consequente perda de economia de escala, registra-se que a relação dos itens, suas respectivas descrições técnicas e os quantitativos estimados encontram-se detalhadamente discriminados nos termos da tabela constante no Anexo I - Relação de itens.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.139.602,50

8.1. Para a presente contratação, a pesquisa de preços foi realizada por meio da Plataforma Pesquisa de Preços do Compras.Gov, em conformidade com o Art. 5º da IN SEGES nº 65 de 7 de julho de 2021.

8.2. A estimativa pormenorizada do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais e dos documentos que lhe dão suporte, constam no documento denominado “Relatório da Pesquisa de Preços” e “Mapa Comparativo de Preços”, sob o mesmo número de processo.

8.3. Com base na pesquisa realizada por esta equipe, verificou-se o valor estimado da referida contratação, a fim de levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção.

8.4. Com base nas referências obtidas, o valor estimado total da contratação é de R\$ 3.139.602,50 (três milhões, cento e trinta e nove mil, seis reais e cinquenta centavos), correspondendo ao custo projetado para a aquisição dos itens necessários à Operação.

8.5. Prezando-se pela transparência e estímulo à competição, não se visualizando riscos de conluio, cartelização ou distorção de propostas em mercados altamente concentrado, ou sujeito a forte assimetria informacional, para esta contratação, optou-se pelo caráter NÃO SIGILOS do orçamento estimado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em observância ao art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 247), o parcelamento é a regra nas contratações públicas. Esta estratégia visa a divisão do objeto em itens autônomos para ampliar a competitividade e permitir a participação de fornecedores especializados que, embora não detenham capacidade para o fornecimento global, podem oferecer propostas mais vantajosas em frações específicas do objeto.

9.2. A decisão pelo parcelamento da presente solução foi pautada nos seguintes pilares:

- **Divisibilidade do Objeto:** Os materiais de limpeza são itens padronizados e independentes entre si, cuja adjudicação separada não compromete a integridade técnica ou a finalidade da contratação.
- **Economia de Escala:** A análise técnica demonstrou que o agrupamento em lotes não geraria uma redução de custos superior aos ganhos de competitividade obtidos com a disputa por item. Pelo contrário, o parcelamento atrai um maior número de distribuidores regionais e revendedores especializados.
- **Gestão de Riscos:** A diversificação de fornecedores mitiga o risco de desabastecimento. Caso um licitante enfrente dificuldades logísticas ou operacionais em um item específico, a execução global da higienização nos abrigos não será paralisada, garantindo a continuidade do serviço público.

9.3. Para a aquisição de materiais de limpeza da Operação Acolhida, a equipe de planejamento optou pela adjudicação por itens individuais, em razão das seguintes justificativas:

- **9.3.1. Ampliação da Competitividade:** Ao permitir que empresas disputem itens específicos (ex: apenas detergentes ou apenas materiais de asseio), elimina-se a barreira de entrada para micro e pequenas empresas, conforme o espírito da Lei Complementar nº 123/2006, resultando em preços mais próximos aos de mercado.
- **9.3.2. Especificidade Técnica e Sanitária:** O parcelamento permite que a Administração exija conformidade técnica rigorosa para cada produto (como registros na ANVISA e FISPQ específicos), sem que a desclassificação em um item contamine a aceitabilidade dos demais.
- **9.3.3. Eficiência Operacional e Logística:** Considerando a localização em Boa Vista/RR, o parcelamento facilita a logística de entrega (modalidade DDP), permitindo que fornecedores locais ou regionais com capacidade de estocagem específica possam atender à demanda com maior agilidade.

9.4. Embora a gestão de múltiplos contratos exija maior esforço administrativo, tal custo é amplamente compensado pela vantajosidade econômica e pela segurança no abastecimento. Portanto, o parcelamento por itens configura-se como a solução mais adequada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a União.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se prevista e compatibilizada com os instrumentos orçamentários vigentes, assegurando a alocação de recursos financeiros para sua execução. Essa aderência garante que a solução proposta contribua diretamente para o alcance das metas definidas no âmbito federal, fortalecendo a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pelos três eixos da Operação Acolhida.

11.2. A presente contratação está alinhada com o planejado no Plano de Contratações Anual da UGE que está em execução, conforme detalhamento a seguir.

11.2.1. ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000004/2026;

11.2.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

11.2.3. Id do item no PCA: 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 44;

11.2.4. Classe/Grupo: 8510 - PERFUMES, ARTIGOS PARA TOALETE E TOUCADOR; 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO; 7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES; 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE; 8520 - SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTIFRÍCIOS; 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO; 7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES; 8105 - SACOS E BOLSAS; e

11.2.5. Identificador da Futura Contratação: 110794-32/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente aquisição de materiais de limpeza e higienização proporcionará benefícios diretos e imediatos à execução das atividades desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida, dentre os quais destacam-se:

12.1.1. O fortalecimento das condições de higiene, salubridade e segurança das instalações sob responsabilidade da Operação Acolhida, por meio da adequada realização das atividades de limpeza, asseio e desinfecção, garantindo ambientes apropriados em áreas de circulação, atendimento, abrigamento e atividades logísticas, reduzindo riscos de contaminação, proliferação de doenças e impactos à saúde dos usuários e colaboradores;

12.1.2. A adequação das atividades às normas sanitárias e regulamentares aplicáveis, especialmente no que se refere ao uso de produtos de limpeza e higienização, contribuindo para o cumprimento das exigências legais vigentes, mitigando riscos à saúde pública e evitando responsabilizações administrativas; e

12.1.3. Benefícios diretos e indiretos em termos de eficiência, economicidade e gestão de riscos, ao assegurar a disponibilidade contínua de materiais essenciais para a manutenção das condições sanitárias, promovendo ambientes mais seguros e organizados, além de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da Administração.

12.2. Esses benefícios reforçam a relevância da contratação para a continuidade das ações da Operação Acolhida e para a prestação de um serviço público eficiente, econômico e de elevado impacto social, garantindo condições adequadas de higiene, segurança e funcionamento das instalações sob responsabilidade da Força-Tarefa.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Em conformidade com o art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso XI, da IN SEGES/ME nº 40/2020, foram identificadas as seguintes providências a serem implementadas pela Administração previamente à celebração do contrato e ao início do fornecimento:

13.1.1. Gestão e Capacitação de Pessoal: Designação formal, por meio de portaria, dos fiscais (titular e substituto) e do gestor do contrato. Será realizada uma reunião de alinhamento técnico para capacitação da equipe quanto aos ritos de recebimento (conferência de lotes e validades) e aos procedimentos de notificação via e-mail em caso de necessidade de substituição de bens, garantindo a aplicação correta das sanções em caso de descumprimento.

13.1.2. Adequação da Infraestrutura de Armazenamento: Verificação e organização do espaço físico no Almoxarifado Central (6º BEC) para o recebimento de grandes volumes. Isso inclui a conferência de pallets, ventilação do local e separação de áreas para evitar a contaminação cruzada entre diferentes tipos de produtos químicos (saneantes, desinfetantes e materiais de asseio).

13.1.3. Segurança e Gestão Documental de Riscos: Estruturação do arquivo (físico ou digital) para guarda das Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) que poderão ser solicitadas à contratada. A administração providenciará a atualização dos protocolos de segurança para manuseio de insumos, visando a proteção dos agentes públicos responsáveis pela carga e descarga.

13.1.4. Fluxos Logísticos de Distribuição: Ajuste nos processos de trabalho internos para garantir que, uma vez recebido o material em Boa Vista, o fluxo de distribuição para os abrigos e instalações administrativas da Operação Acolhida ocorra de forma ágil, evitando o vencimento de produtos em estoque ou a ruptura do abastecimento nas frentes de trabalho.

13.2. As providências listadas são de natureza administrativa e operacional, possuindo baixo impacto financeiro direto, sendo absorvidas pela estrutura já existente da Operação Acolhida. A conclusão dessas medidas garantirá que a Administração esteja plenamente apta a gerir o contrato desde o primeiro empenho, prevenindo gargalos logísticos e assegurando a eficiência das ações humanitárias.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Justificativa de Excepcionalidade (Ausência de PLS) A Unidade Gestora Executora da Operação Acolhida, em razão de sua natureza temporária e emergencial instituída pela Portaria GM-MD nº 1.223/2021, não possui Plano de Logística Sustentável (PLS) institucionalizado. A dinâmica de resposta ao fluxo migratório demanda celeridade administrativa que inviabiliza a definição de metas plurianuais de sustentabilidade. Todavia, em estrito cumprimento ao Art. 18, §1º, XII, da Lei nº 14.133/2021, este ETP adota as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, Out/2025) para mitigar os impactos da contratação.

14.2. Matriz de Impactos e Medidas de Tratamento

Impacto Identificado	Medida Mitigadora / Requisito de Sustentabilidade
Uso de Substâncias Poluidoras	Exigência de produtos com registro/notificação na ANVISA; priorização de saneantes biodegradáveis e com baixa toxicidade (ausência de metais pesados).
Geração de Resíduos Sólidos	Priorização de embalagens recicláveis (PEAD, PET) e de maior volume (ex: galões de 5L) para reduzir a relação embalagem/produto; incentivo à Coleta Seletiva Cidadã (Decreto nº 10.936/2022).
Emissões de GEE (Transporte)	Recomendação de preferência por fornecedores regionais para redução da pegada de carbono no deslocamento até Boa Vista/RR (Art. 5º, Lei 14.133/2021).
Riscos no Descarte Final	Obrigatoriedade de fornecimento da FISPQ contendo instruções claras de descarte; previsão de logística reversa para embalagens de produtos químicos perigosos.

14.3. Diretrizes Técnicas e Normativas

- 14.3.1. Conformidade e Certificação: Os materiais deverão atender às normas da ABNT e regulamentações da ANVISA. Itens sujeitos à certificação compulsória deverão apresentar selo de conformidade do INMETRO. Será valorizada a apresentação de certificações de sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 ou equivalente) pelos fabricantes.
- 14.3.2. Ciclo de Vida e Logística Reversa: Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Administração poderá exigir que a contratada operacionalize a logística reversa das embalagens pós-consumo que apresentarem riscos de contaminação residual, conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência.
- 14.3.3. Eficiência e Rendimento: Para reduzir o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos, o edital priorizará produtos com alto rendimento e concentração, minimizando o volume de descartes e otimizando a logística de transporte e armazenamento no 6º BEC.
- 14.3.4. Informação Ambiental: Os materiais deverão ser acompanhados de rótulos e fichas técnicas em língua portuguesa que orientem o usuário sobre o manuseio seguro, armazenamento adequado e descarte ambientalmente correto, prevenindo acidentes de trabalho e contaminação do solo e lençóis freáticos na região da Operação.

15. Diretrizes do Certame

15.1. Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

- 15.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra amparo nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e é regulamentada pelo Decreto nº 11.462, de 2023. 6.2. O SRP é um procedimento que permite o registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras, mediante licitação nas modalidades pregão ou concorrência, ou contratação direta.
- 15.1.2. O SRP proporciona maior agilidade e eficiência aos processos de contratação, otimizando a gestão de estoques, reduzindo custos operacionais e garantindo a padronização de bens e serviços. Além disso, permite que a Administração realize contratações de forma mais flexível, conforme a demanda real, sem a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada aquisição ou contratação, contribuindo para a economicidade e a racionalização dos recursos públicos.

15.1.3. Para esta contratação, optou-se pela **ADOÇÃO** do Sistema de Registro de Preços, em razão de:

15.1.3.1. Necessidade de contratações permanentes ou frequentes do objeto;

15.1.3.2. Conveniência de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida; e

15.1.3.3. Impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, em virtude do fluxo migratório.

15.1.4. A temporariedade da Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE) reforça essa escolha, uma vez que o SRP vincula apenas por demanda efetiva, evitando compromissos de fornecimento contínuo além da vigência institucional, além de possibilitar uma desmobilização ordenada caso a estrutura seja extinta ou não prorrogada.

15.2. Possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)

15.2.1. A adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes, conhecida como 'carona', é um mecanismo previsto no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021 e detalhado no Capítulo VI do Decreto nº 11.462, de 2023.

15.2.2. Este dispositivo permite que órgãos e entidades que não participaram do processo licitatório original possam utilizar os preços registrados na ARP, desde que:

15.2.2.1. Haja justificativa da vantagem da adesão, inclusive em casos de provável desabastecimento ou risco de descontinuidade do serviço público;

15.2.2.2. Se comprove a compatibilidade dos preços registrados com os valores de mercado, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

15.2.2.3. Exista anuência do órgão gerenciador e aceite do fornecedor.

15.2.3. Para esta contratação, optou-se por **POSSIBILITAR** a adesão à Ata de Registro de Preços, em razão de:

15.2.3.1. Busca por economia de escala, otimização dos recursos públicos, padronização de bens e serviços em âmbito mais amplo;

15.2.3.2. A inexistência de prejuízo à competitividade e à gestão da ARP

15.2.4. A permissão de adesão contribuirá para a maximização dos benefícios do SRP, permitindo que outras entidades da Administração Pública se beneficiem dos preços e condições mais vantajosas obtidas no certame, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório

15.2.5. A gestão das adesões observará rigorosamente os limites quantitativos estabelecidos no § 4º e § 5º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que as autorizações de "carona" não prejudiquem o fornecimento destinado à Operação Acolhida nem extrapolem o dobro do quantitativo registrado na Ata para cada item.

15.2.2.6. A autorização para adesão ficará condicionada à comprovação, pelo fornecedor, da viabilidade do fornecimento sem prejuízo das obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador, mitigando riscos de desabastecimento ou sobrecarga logística.

15.3. Vedação de participação de consórcios

15.3.1. O art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021 admite, como regra, a participação de empresas em consórcio, cabendo à Administração avaliar a pertinência de sua aplicação em cada certame. O Manual de Licitações e Contratos do TCU (2024) reforça que a fase preparatória deve conter a motivação acerca da possibilidade ou não de consórcios (art. 18, IX), sendo a vedação medida excepcional, que exige fundamentação técnica e proporcionalidade.

15.3.2. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO VEDAÇÃO** de participação de consórcios, em razão de:

15.3.2.1. Ampliação da competitividade e da disputa, uma vez que a possibilidade de consórcios pode atrair empresas de menor porte ou com experiência setorial limitada, que isoladamente não atenderiam integralmente às exigências técnicas, mas que, em associação, podem apresentar propostas competitivas;

15.3.2.2. Aproveitamento de especializações complementares, pois o objeto, embora padronizado, pode envolver aspectos logísticos, sanitários e de fornecimento em escala. A atuação conjunta de empresas consorciadas pode possibilitar a reunião de expertises distintas, elevando a capacidade de execução contratual, com ganho em qualidade e confiabilidade do fornecimento;

15.3.2.3. Mitigação de riscos de inexecução, à medida que a formação de consórcios permite que os consorciados compartilhem recursos técnicos, operacionais e financeiros, diluindo riscos e reduzindo a probabilidade de inexecução contratual.

15.3.3. Para garantir a eficiência administrativa, deverão ser observadas as seguintes condições:

15.3.3.1. Responsabilidade solidária entre os consorciados durante toda a execução contratual (art. 15, §1º, Lei nº 14.133, de 2021);

15.3.3.2. Exigência de indicação da empresa líder, responsável pela interlocução com a Administração; e;

15.3.3.3. Definição clara, no edital, das responsabilidades técnicas e da comprovação de habilitação mínima por cada consorciado.

15.4. Vedação de participação de cooperativas

15.4.1. A participação de cooperativas em licitações públicas é admitida pelo art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que observados requisitos específicos para preservar a natureza jurídica e os princípios do cooperativismo.

15.4.2. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO VEDAÇÃO** de participação de cooperativas, em razão de:

15.4.2.1. Compatibilidade do objeto com a estrutura cooperativista, uma vez que o objeto da contratação não envolve serviços de natureza personalíssima nem atividades que pressuponham vínculo de subordinação direta, características que inviabilizariam a participação de cooperativas. Ao contrário, trata-se de objeto cuja execução pode ser desempenhada de forma organizada e coletiva, em regime de autogestão, respeitando a autonomia dos cooperados;

15.4.2.2. Fomento à competitividade e inclusão social, pois a admissão de cooperativas amplia o universo de potenciais licitantes, fomentando a competitividade e permitindo a participação de entidades que desempenham relevante papel social e econômico, especialmente em contextos de políticas públicas voltadas ao trabalho coletivo.

15.4.2.3. Mitigação de riscos mediante requisitos de habilitação, à medida que a participação será condicionada ao cumprimento integral das exigências legais, incluindo comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal, e demonstração de capacidade técnica e econômico-financeira compatíveis. Dessa forma, evitam-se riscos de desvirtuamento da relação de trabalho e assegura-se que os cooperados atuarão de acordo com as normas aplicáveis.

15.4.3. A possibilidade de participação de cooperativas está alinhada ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, que admite essa forma associativa desde que respeitados os limites legais, e não configura afronta à competitividade ou à isonomia. Ao contrário, trata-se de medida que promove a ampliação do mercado de fornecedores, preserva a legalidade e favorece o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.5. Tratamento diferenciado para ME e EPP

15.5.1. O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nas contratações públicas é um imperativo constitucional (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal) e legal, regulamentado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e reiterado pelo art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5.2. Este tratamento visa a promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação.

15.5.3. Para esta contratação, optou-se pelo **TRATAMENTO DIFERENCIADO** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da legislação vigente, em razão de:

15.5.3.1. Ampliação da competitividade pois tais benefícios permite o ingresso de maior número de licitantes, ampliando a competitividade e aumentando a probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa; e

15.5.3.2. Promoção da isonomia material, uma vez que o regime diferenciado corrige desigualdades estruturais no mercado, propiciando às ME/EPP condições justas de competir com empresas de maior porte, em linha com a jurisprudência consolidada do TCU.

15.5.4. Os instrumentos específicos de favorecimento são:

15.5.4.1. Possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia após a fase de habilitação, com prazo de até cinco dias úteis (prorrogáveis);

15.5.4.2. Aplicação do empate ficto, permitindo que propostas de ME/EPP até 10% superiores (5% no pregão) possam igualar ou superar a melhor oferta;

15.5.5. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO ADOÇÃO** de reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da legislação vigente, em razão de:

15.5.5.1. A opção por não aplicar a reserva de cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) para os itens de maior vulto financeiro fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU e nos seguintes aspectos:

15.5.5.1.1. Preservação da Economia de Escala: Para itens de valor elevado, a reserva de cota poderia fragmentar o quantitativo a ponto de reduzir o interesse de grandes distribuidores e fabricantes, elevando o preço unitário e prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa (inciso II, §1º, art. 49 da LC 123/06);

15.5.5.1.2. Eficiência na Fiscalização e Recebimento: Uma vez que o objeto já foi parcelado por itens individuais (gerando múltiplos contratos), a aplicação adicional de cotas multiplicaria exponencialmente o número de fornecedores para o mesmo insumo, tornando a gestão administrativa e o controle de qualidade no Almoxarifado Central excessivamente complexos e onerosos para a Administração; e,

15.5.5.1.3. Harmonia com o Parcelamento por Itens: A estratégia de adjudicação por item único já promove, por si só, a participação de MEs e EPPs que possuam especialização em nichos específicos de materiais de limpeza, sendo a reserva de cota considerada, neste caso específico, uma medida que poderia comprometer o equilíbrio entre competitividade e eficiência operacional.

15.5.6. A adoção deste tratamento encontra respaldo na legislação vigente e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite a aplicação do tratamento favorecido de forma motivada e compatível com as características do objeto, não configurando afronta à isonomia ou à competitividade.

15.6. Exigências de qualificação técnica

15.6.1. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO EXIGÊNCIA** de comprovação de qualificação técnica, considerando a natureza do objeto, classificado como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, amplamente disponível no mercado e que não demanda conhecimentos técnicos especializados para seu fornecimento.

15.6.2. A decisão fundamenta-se nos princípios da competitividade, economicidade e eficiência, uma vez que a exigência de qualificação técnica, no presente caso, poderia restringir indevidamente a participação de fornecedores, sem trazer benefícios proporcionais à Administração, tendo em vista a baixa complexidade da contratação.

15.6.3. Dessa forma, entende-se que a não exigência de qualificação técnica não compromete a execução do objeto, sendo suficiente a verificação do atendimento às especificações técnicas, garantias do fabricante e conformidade com as normas aplicáveis, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021, e com os princípios da legalidade, eficiência, vantajosidade e ampla competitividade.

15.7. Qualificação Econômico-Financeira

15.7.1. Para esta contratação, optou-se pela **EXIGÊNCIA** de comprovação de qualificação econômico-financeira de forma simplificada, considerando o vulto estimado da despesa e a natureza comum dos materiais. A exigência visa assegurar que a licitante possua condições mínimas de honrar o fornecimento sem, contudo, criar barreiras desnecessárias à competitividade.

15.7.2. Em conformidade com o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos os seguintes documentos:

- Certidão Negativa: Certidão negativa de feitos sobre falência e recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com o objetivo de atestar a viabilidade jurídica e operacional da empresa.
- Balanço Patrimonial: Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, para comprovação da situação financeira da empresa (sendo facultada a sua substituição por balanço de abertura no caso de empresas constituídas há menos de um ano).
- Índices de Solvência: Comprovação da saúde financeira por meio de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), de forma a demonstrar a capacidade de pagamento das obrigações, cujos parâmetros serão definidos no Edital de forma proporcional ao objeto.

15.7.3. Justificativa da Simplificação: A opção por requisitos menos rigorosos fundamenta-se no fato de o objeto consistir em bens de consumo comuns, amplamente disponíveis no mercado fornecedor local e nacional. Dado que a execução é de natureza não continuada e o risco de interrupção é mitigado pela existência de diversos players no mercado, a exigência de capitais sociais elevados ou garantias excessivas não se mostra proporcional, sendo suficiente a demonstração de solvência básica para garantir a segurança da Administração.

15.8. Margem de preferência

15.8.1. A margem de preferência, prevista no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.890, de 2024, constitui instrumento de incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável, aplicável exclusivamente a bens manufaturados e serviços nacionais, bem como a bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis, desde que contemplados em listas oficiais da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).

15.8.2. Atualmente, encontram-se beneficiados com margens de preferência, conforme a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2024 e a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 2024, entre outros:

15.8.2.1. Transformadores, conversores estáticos e carregadores de acumuladores (NCM 8504 e 85044010);

15.8.2.2. Acumuladores de íon de lítio (NCM 8507.60.00);

15.8.2.3. Veículos automotivos de transporte coletivo e chassis/carrosserias (NCM 8702, 8706, 8707);

15.8.2.4. Sistemas metroferroviários e componentes (NCM 8601 a 8608 e 90328930);

15.8.2.5. Locomotivas, locotratores, bogies e bissels de tração (NCM 8601, 8602, 8607.11.10);

15.8.2.6. Tratores (NCM 8701); e

15.8.2.7. Vacinas para uso humano e veterinário (NCM 3002.41 e 3002.42).

15.8.3. Para esta contratação, optou-se pelo **NÃO APLICAÇÃO** da margem de preferência, em razão do objeto contratual não se enquadrar em nenhum dos bens ou serviços listados nas resoluções vigentes, inexistindo, portanto, respaldo normativo para aplicação da margem de preferência neste certame.

15.8.4. Dessa forma, a não aplicação da margem de preferência está devidamente justificada na ausência de previsão normativa específica para o objeto e na necessidade de assegurar a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021 e a jurisprudência do TCU.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. A contratação para aquisição de materiais de limpeza e higienização mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, tendo em vista a ampla disponibilidade desses produtos no mercado fornecedor, a padronização dos itens e a existência de múltiplos fabricantes e distribuidores aptos a atender à demanda da Administração. Do ponto de vista técnico, os materiais possuem especificações bem definidas, tais como composição, finalidade de uso, nível de concentração, classificação sanitária e instruções de aplicação, sendo compatíveis com as necessidades operacionais da Operação Acolhida, não havendo necessidade de soluções complexas para sua implementação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE ARAUJO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 16:32:19.

ANDRE LUIZ FRANCO DE SOUZA FILHO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 16:00:52.